SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

06/07/2015 - Telesíntese

Projetos com incentivo fiscal do REPNBI somam R$ 17,7 bilhões

Foram encaminhadas 1.219 propostas. A maior parte (R$ 6,4 bilhões) será destinada à ampliação da rede de telefonia móvel. Em seguida, os maiores aportes são para expansão de tecnologias de acesso óptico (R$ 3,5 bilhões), transporte óptico (2,2 bilhões), que abrangem tanto as redes de transmissão quanto redes que levam a banda larga até a casa do consumidor. Também ganham destaque os projetos para acesso metálico (R$ 2 bilhões) – redes de cabos de metal - e satélite (R$ 1,9 bilhão).

O Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga (REPNBL) tem projetos que somam R$ 17,7 bilhões para investimentos em infraestrutura de telecomunicações em todo o Brasil até 2016. Esse volume de recursos será aplicado por meio de 1.219 propostas que foram encaminhadas ao Ministério das Comunicações durante os dois anos de duração do programa, encerrado em 30 de junho último.

O REPNBL foi regulamentado em 2013 com o objetivo de promover a modernização e a expansão das redes de telecomunicações por meio da desoneração do IPI, PIS e Cofins. Os projetos já aprovados pelo MiniCom beneficiam mais de 3 mil municípios de todo o País. Depois da avaliação de todas as propostas, esse número de cidades contempladas pode superar 5 mil. Entre as regiões brasileiras, o maior volume de investimentos será no Sudeste (R$ 9 bilhões) e no Nordeste (R$ 4 bilhões). Em seguida vêm Sul(R$ 2 bilhões), Centro-Oeste (R$ 1,5 bilhão) e Norte (R$ 955 milhões).

Para o secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações Maximiliano Martinhão, o programa vai garantir uma ampliação considerável da infraestrutura de banda larga em todo o País. "Haverá tanto uma melhora na qualidade das redes quanto um aumento no número de pessoas que terá acesso à internet".

Do total de recursos previstos nos projetos inscritos no REPNBL, a maior parte (R$ 6,4 bilhões) será destinada à ampliação da rede de telefonia móvel. Em seguida, os maiores aportes são para expansão de tecnologias de acesso óptico (R$ 3,5 bilhões), transporte óptico (2,2 bilhões), que abrangem tanto as redes de transmissão quanto redes que levam a banda larga até a casa do consumidor. Também ganham destaque os projetos para acesso metálico (R$ 2 bilhões) – redes de cabos de metal – e satélite (R$ 1,9 bilhão).

Até agora, do montante de investimentos previstos, o ministério já deu o aval para projetos que somam R$ 10,1 bilhões. A equipe de engenheiros do MiniCom continua analisando os demais projetos apresentados até o fim de junho e que ainda não receberam aprovação.

Todos os projetos aprovados pelo governo federal terão de ser concluídos e estar em funcionamento até 31 de dezembro de 2016.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

06/07/2015 - Telesíntese

Berzoini: “agência reguladora não deve ser catedral dentro do estado”

Para Berzoini, o cargo de dirigente de agência reguladora deve ser preenchido por cidadãos com compromisso público, interesse nacional e que tenha capacidade de interpretar o papel do Estado nas atividades de supervisão e normatização, típicas da agência reguladora. " Qualquer indicação que se faça, quem indica tem a responsabilidade de cuidar deste perfil", afirmou.

O Ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, afirmou hoje,6, ao Tele.Síntese, que não tem qualquer restrição para indicação de nomes para o Conselho Diretor da Anatel, sejam eles ex-parlamentares ou não, desde que o indicado tenha alguma afinidade com o tema e capacidade de articular e pensar projetos para o Brasil. “Não devemos imaginar que as agências sejam Catedrais dentro do Estado brasileiro”, completou ele em resposta às críticas que circulam no setor sobre uma possível indicação do ex-senador Aníbal Diniz ao cargo de diretor da Anatel.

Para Berzoini, o cargo de dirigente de agência reguladora deve ser preenchido por cidadãos com compromisso público, interesse nacional e que tenha capacidade de interpretar o papel do Estado nas atividades de supervisão e normatização, típicas da agência reguladora. ” Qualquer indicação que se faça, quem indica tem a responsabilidade de cuidar deste perfil”, afirma o ministro, chamando para si a decisão. Ele lembra ainda que o Senado, ao fazer a sabatina e votar pelos nomes apresentados, se considerar inconveniente a indicação, pode rejeitá-la.

Radiodifusão

Ele disse ainda que tem a intenção, ainda este ano, de organizar eventos temáticos para abrir o debate sobre a regulamentação dos artigos da Constituição Federal que tratam da comunicação social. Mas acha que, para este tema avançar neste governo, vai depender da conjuntura política e da capacidade do MiniCom de produzir entendimentos. “Para este tema é fundamental que exista o diálogo. Se partirmos com o princípio do conflito, vai ser difícil achar uma solução. Estamos trabalhando com a ideia que é de interesse comum para o país pensarmos em leis que tenham previsibilidade, eficácia e que tenha a marca de um Estado Republicano”, afirmou.

Entre os assuntos que pretende trazer para o debate estão as questões vinculadas ao cumprimento da produção regional, à democracia de opinião, à presença da mulher na mídia, esporte e cultura.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

29/06/2015 - Carta Maior

O Brasil entre a desesperança e a inclusão social

Pela boca subserviente do Faustão falou a direita oligárquica. Pela boca altiva da Marieta, falou a esperança do povo brasileiro.

Poucas vezes um diálogo tão breve, transmito direto pela TV, revelou de forma tão significativa os dilemas e as interpretações contraditórias sobre o Brasil. Faustão no seu papel de propagandista do sentimento que a direita tenta impor ao país, tentou condicionar a resposta da Marieta Severo, com a palavra chave da oposição: desesperança.

A direita tem razão no sentido de que só se eles conseguirem convencer os brasileiros de que estamos mergulhados irremediavelmente – com este governo – na desesperança, é que eles podem ter alguma chance de voltar a dirigir o pais. O pior para eles desde 2012 não foi somente que os governos do PT demonstraram que o Brasil é um pais viável, que a desigualdade não é um destino inevitável, mas que os brasileiros voltaram a confiar no pais, a ter auto estima, a se orgulhar de ser brasileiros.

Nesse quadro, a direita não tem possibilidade de retornar ao governo. É preciso voltar ao clima do Collor e do FHC, de degradar a imagem do Brasil, aqui e lá fora, principalmente na cabeça dos próprios brasileiros. A mídia difunde versões diárias, do pessimismo, da desesperança, do circulo vicioso, do túnel sem fim. É o seu papel, como órgão oficial da direita, das políticas anti-populares.

O Lula é o seu inimigo privilegiado, não apenas porque nos seus governos o Brasil viveu o melhor momento da sua história recente, como também porque ele representa a auto-estima dos brasileiros, a confiança no povo brasileiro, a esperança de que o pais tem todas as condições de dar certo, de que o povo é solução e não problema – como o Lula gosta de reafirmar. Tentar destruir essa imagem é tentar destruir a auto-estima dos brasileiros, tentar dizer que tudo é igual, nada é melhor – como canta o tango Cambalache.

Marieta respondeu, altiva, com a outra visão do Brasil. O fenômeno fundamental do Brasil neste século é a inclusão social. É o Brasil dos direitos e não o da concorrência de todos contra todos no mercado.

Inclusão significa que todo ser humano tem direitos, que a democracia deve ser o regime que torne todo indivíduo um cidadão, isto é, um sujeito de direitos. Desesperança significa que a democracia não é capaz de propiciar isso para todos e que portanto o país deveria se entregar de novo nos braços do mercado, do FMI, da direita e seus porta-vozes.

Essa é a luta fundamental de hoje no Brasil – saber se o Faustão e a sua desesperança tem razão ou se continuaremos o caminho da inclusão social e a Marieta tem razão.

O jogo está aberto de novo, depois de termos trilhado um caminho seguro da inclusão social como o nosso norte durante 12 anos. O ajuste fiscal tem sido um tiro no pé do Brasil da inclusão social, tem nos levado para o pior dos mundos possíveis: recessão com exclusão de direitos, com aumento do desemprego e da inflação e com ofensiva desestabilizadora da direita.

Mesmo quem julgue que algum tipo de ajuste é necessário, ele não pode ser socialmente injusto – recair nos trabalhadores -, nem economicamente inviável – não tem levado à retomada do crescimento – e não deveria ser politicamente desastroso – tirar apoio do governo justamente quando ele é alvo de sistemático ataque desestabilizador da direita.

Deve unir a todos os que querem a retomada do caminho da inclusão social, para o que a fortalecimento do governo é condição indispensável, aos que creem que um ajuste é necessário e aos que creem que ajuste nunca é e nunca leva ao desenvolvimento - a unidade para o fortalecimento e a recuperação de iniciativa do governo. Para isso, o ajuste tem que deixar de ser a pauta central do governo, os direitos dos trabalhadores tem que ser efetivamente garantidos, deve haver a centralidade da luta pela retomada do desenvolvimento e do combate ao desemprego.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Se o governo não está conseguindo retomar a expansão econômica – e não há nenhum sintoma disso até agora – e tem sido incapaz de conter o aumento do desemprego, o caminho escolhido tem que ser corrigido. A centralidade, na hora da crise, deve ser a defesa dos direitos de todos e não o ajuste.

No embate para saber se nos tornamos o pais da desesperança ou se seguimos sendo o pais da inclusão social, está o enfrentamento maior hoje. O governo tem que reafirmar o caminho da inclusão social e combater firmemente a desesperança. Contará com o apoio indispensável dos brasileiros, fundamental quando sofre sistemático e brutal ataque desestabilizador da direita.

Pela boca subserviente do Faustão falou a direita oligárquica. Pela boca altiva da Marieta, falou a esperança do povo brasileiro.

07/06/2015 - Instituto Telecom

Nossa Opinião: Sem negociação, universalização da banda larga fracassará

O governo cometerá um grande equívoco se apresentar uma proposta sem discutir com a sociedade

Há muito tempo a Campanha Banda Larga é um Direito Seu, da qual faz parte o Instituto Telecom, vem afirmando que a concentração da banda larga no Brasil ocorre tanto regionalmente como por empresas.

Dados recentes divulgados pela Anatel indicam que a fibra ótica é insuficiente em 53% das cidades brasileiras. Dependendo da região, a situação é mais alarmante. No Norte e Nordeste falta backhaul em 73% dos municípios. No Sudeste, em 40%. No Sul, em 37%. E no Centro-Oeste, em 42%.

A internet fixa é dominada por apenas três grupos econômicos: Telmex, Oi e Telefônica concentram 86,9% de todo o mercado brasileiro. Dos 24,7 milhões de conexões, 21,5 milhões são usuários das três irmãs.

Esses dados são importantes porque o governo federal, segundo o site Convergência Digital, está produzindo uma proposta de "mudança na Lei Geral de Telecomunicações que permitiria incluir a oferta de banda larga nos contratos, a ser prestada dentro do regime público e sujeita a metas de universalização".

As intenções do governo podem ser até boas. No entanto, é preciso considerar o fato de que uma nova lei teria muitas dificuldades de ser aprovada pelo atual Congresso Nacional, extremamente conservador e sobre o qual as três irmãs têm grande poder de persuasão. Sem uma articulação com os movimentos sociais, dificilmente qualquer proposta passará.

Também é preocupante a suposta ideia do governo de garantir prorrogações sucessivas dos atuais contratos para superar o debate sobre a reversibilidade dos bens. Ou seja, o governo colocaria a banda larga como o serviço a ser universalizado, e, de outro lado, garantiria prorrogações sucessivas dos contratos de concessão.

O governo pode e deve ter uma proposta para a universalização da banda larga. Mas cometerá um grande equívoco se não considerar a sociedade civil num processo de negociação e debate sobre o tema.

Daí a nossa insistência de que o ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, convoque o Fórum Brasil Conectado (que não é chamado a se reunir desde 2010), ou qualquer outro espaço no qual os movimentos sociais sejam ouvidos. Pensar em resolver a questão apenas dialogando com as concessionárias, já está mais do que demonstrado, não trará nenhum avanço.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

6/7/2015 - Correio do Brasil

Economistas reduzem projeção de inflação para 2016

Economistas de instituições financeiras reduziram a projeção de alta do IPCA em 2016, depois de ter ficado inalterada por seis semanas seguidas, ao mesmo tempo em que passaram a ver que o Banco Central vai voltar a cortar a taxa básica de juros mais tarde do que o esperado antes.

Pesquisa Focus do BC mostrou ainda nesta segunda-feira que, pela mediana, as expectativas para a Selic –hoje em 13,75% ao ano– para o final deste ano foram mantidas em 14,50%, mas elevaram as contas para a inflação no período a 9,04%, pouco acima dos 9% do levantamento anterior.

Para o final de 2016, os especialistas reduziram a projeção de avanço do IPCA a 5,45%o, ante 5,50%. Para 2017, não houve mudanças na expectativa, de alta de 4,70%.

Para a política monetária, o cenário continua sendo de Selic a 14,50% no fim de 2015, com alta de 0,5 ponto percentual na reunião deste mês do Comitê de Política Monetária (Copom). Depois disso, eles continuaram vendo mais uma elevação de 0,25 ponto em setembro.

O Focus mostrou, por outro lado, que os especialistas deixaram de ver a primeira queda na taxa básica já em janeiro próximo, e agora veem o primeiro corte somente na reunião de abril do Copom, de 0,50 ponto percentual. Até o fim de 2016, a Selic cairia a 12,06%, patamar um pouco acima dos 12% calculados no levantamento anterior.

Na semana passada, autoridades do BC fizeram algumas mudanças nos seus discursos para jogar para frente as perspectivas de cortes na taxa básica de juros, ao mesmo tempo em que já testa o campo para começar a sinalizar o fim do atual e austero ciclo de aperto monetário, segundo especialistas.

O BC vem reforçando que levará a inflação ao centro da meta no fim do próximo ano, de 4,5% pelo IPCA, e quer mantê-la assim para além disso. A meta de 2015 e 2016 é de 4,5%, com margem de dois pontos para mais ou menos. Para 2017, o centro do objetivo é o mesmo, mas com margem menor, de 1,5 ponto percentual.

A pesquisa Focus divulgada mais cedo também mostrou que, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), a expectativa sofreu pequeno ajuste de piora, com a contração esperada agora em 1,50%, sobre 1,49% na semana anterior.

Embora o cenário seja de recuperação em 2016, as projeções vinham caindo consistentemente mas, agora, interromperam três semanas de pioras, com os economistas mantendo a perspectiva de crescimento de 0,50% no próximo ano.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

02/07/2015 - Carta Capital

PF investiga contratos da Globo com a CBF, diz site

Análise sobre a relação da emissora com a confederação seria parte da colaboração com o FBI, que apura corrupção no futebol

A Polícia Federal está investigando os contratos entre a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e a Rede Globo, detentora dos direitos de transmissão do Campeonato Brasileiro há décadas. A informação é do portal UOL.

De acordo com a reportagem, não pesam suspeitas sobre a Globo, mas o "escrutínio de especialistas da PF" é parte da colaboração da PF do FBI, a polícia federal dos Estados Unidos, e outras autoridades estrangeiras que apuram casos de corrupção na administração do futebol mundial. A PF deseja entender, diz o site, quais são as regras do relacionamento entre a CBF e a Globo.

A investigação sobre a corrupção na Fifa e em outras entidades futebolísticas foi tornada público pelo FBI em maio. Entre os presos está José Maria Marin, ex-presidente da CBF, que estaria ligado a ao menos dois esquemas, envolvendo os direitos de transmissão da Copa América e da Copa do Brasil, campeonato anual de clubes brasileiros.

Segundo a acusação das autoridades norte-americanas, a Traffic, empresa de marketing esportivo do empresário brasileiro J. Hawilla, pagava como suborno a Marin e a outros dois dirigentes da CBF dois milhões de reais por ano pelos direitos de transmissão da Copa do Brasil. A Traffic, então, revendia esses direitos para emissoras brasileiras.

Um desses dirigentes era, provavelmente, Ricardo Teixeira. Por décadas, ele coordenou por parte da CBF a aliança com a Globo. No caso específico do Campeonato Brasileiro, que não está sob investigação do FBI pelo que se sabe até aqui, não havia uma empresa intermediária como a Traffic. Por anos, a CBF organizava a competição e a própria Globo comprava diretamente os direitos de transmissão, junto ao Clube dos 13, entidade que reunia diversos clubes do futebol brasileiro.

O fim do Clube dos 13

Como lembra a reportagem do UOL, em 2011, a Globo parou de comprar os direitos do Clube dos 13 e passou a negociar diretamente com os clubes. A nova prática teve início por conta de uma decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que considerou irregular a preferência dada à Globo.

O conselho determinou a realização de uma licitação por parte do Clube dos 13 para a venda dos direitos de transmissão do campeonato, mas a concorrência, na qual Record e Rede TV! manifestaram interesse, acabou não tendo efeito prático. Isso ocorreu porque o Clube dos 13 rachou e acabou fechando as portas.

A cisão se deu por conta de uma disputa entre as agremiações que defendiam a Globo, como a CBF desejava, e as que planejavam contratos com outras emissoras.

O grupo anti-Globo não teve sucesso justamente por conta de uma ação conjunta entre a emissora e a entidade. De um lado, a Globo passou a emprestar dinheiro diretamente para os clubes, por meio do adiantamento de cotas de tevê, e de outro estabeleceu as negociações diretas com eles, fragilizando a coesão do Clube dos 13.

De outro lado, a CBF passou a tentar implodir o Clube dos 13, objetivo que Ricardo Teixeira buscava desde 2010. Naquele ano, Teixeira reconheceu uma série de títulos que permaneceram sob disputa por anos, como a Taça Brasil, a Taça Roberto Gomes Pedrosa e a Copa União, para tentar atrair clubes para sua esfera de influência. Em 2011, empenhado em garantir a vitória da Globo na disputa, Teixeira reforçou a ofensiva e deu seu golpe final ao manobrar pela saída do Corinthians do grupo.

Então presidido por Andrés Sanchez, hoje deputado federal pelo PT-SP, o clube paulista conseguiu um bom contrato com a Globo e também a possibilidade de construir um estádio próprio. Erguido pela Odebrecht, com intermediação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o estádio do Corinthians substituiu o Morumbi como sede da cidade de São Paulo na Copa do Mundo de 2014. Pertencente ao São Paulo, clube que naquele momento fazia oposição a Teixeira, o Morumbi foi descartado como sede da Copa pelo Comitê Organizador Local da Copa do Mundo de 2014, então presidido pelo próprio Ricardo Teixeira.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

06/07/2015 - Altamiro Borges

Justiça livra McDonald's de multa

A rede estadunidense McDonald's é poderosa. Ela ludibria os consumidores com falsas propagandas, envenena as crianças e ainda explora brutalmente seus trabalhadores. Mesmo assim, ela conta com o apoio de setores do Judiciário – o poder mais hermético e corruptível do país – e goza de prestígio na mídia privada – que garfa milhões em anúncios publicitários. Na semana passada, o Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu anular a multa de R$ 3,2 milhões aplicada pelo Procon, órgão de defesa do consumidor, à multinacional. O órgão havia considerado abusiva a publicidade infantil da venda de lanche associada a brinquedos, mas o McDonald's recorreu à Justiça e venceu a parada.

Em sua estranha sentença, o desembargador Fermini Magnani alegou que "cabe à família o poder da boa educação dos filhos" e rejeitou o "modo paternalista" do Estado interferir no consumo. Na sua defesa da total "liberdade publicitária", ele simplesmente desconsiderou as manipulações feitas para ludibriar as crianças na promoção "McLanche Feliz". A multa contra o McDonald's foi aplicada em novembro de 2011 com base no Código de Defesa do Consumidor, que proíbe a publicidade abusiva.

A ação no Procon-SP foi deflagrada pela Alana, uma organização não-governamental de defesa das crianças e adolescentes. Ela alegou na ocasião que a venda de alimentos com brinquedos "cria uma lógica de consumo prejudicial e incentiva a formação de valores distorcidos, bem como a formação de hábitos alimentares prejudiciais à saúde". De imediato, a empresa Arcos Dorados, representante do McDonald's no Brasil, ingressou com recurso. Ele foi negado várias vezes, mas agora o Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu livrar em definitivo a multinacional da penalidade.

A decisão do TJ foi saudada pela 'Veja', que adora "incentivar a formação de valores distorcidos" na sociedade. O sinistro colunista Lauro Jardim, que depende dos anúncios de qualquer porcaria para garantir o seu salário, postou "mcfeliz" na quinta-feira (2):

*****

Vitória do McDonald's

O desembargador Fermino Magnani Filho, do TJ-SP, deu fim anteontem a uma sucessão de recursos e tentativas do Procon e do Instituto Alana de multar o McDonald's em 3,3 milhões de reais por acreditar – veja só – que a rede não deveria fazer propaganda de seus produtos.

A saga judicial, que começou em 2010, por causa de uma das campanhas do McLanche Feliz, foi anulada pelo TJ por três votos a zero.

O molho da decisão veio do texto do relator, que se baseou em quatro premissas: a sociedade brasileira é capitalista; cabe à família dar a boa educação aos filhos; crianças bem educadas saberão, certamente, resistir aos apelos consumistas. E, finalmente, o Estado não pode sobrepor-se às obrigações familiares de forma paternalista.

Segundo ainda o desembargador, "ao defender o fim de toda e qualquer comunicação mercadológica que seja dirigida a crianças", o próximo passo do Alana será a "reivindicação de censura publicitária a outros grupos tido como vulneráveis como idosos, gestantes, vestibulandos, etc".